

**ATA Nº 121, DA 121ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
UNIVERSITÁRIO (CONSUNI) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Data: 20 de fevereiro de 2025.

Local: via *webconferência*.

Horário: 08 horas e 40 minutos.

Participantes:

Reitoria: Edward Frederico Castro Pessano, Presidente. Os diretores das unidades: **Alegrete**, Gustavo Fuhr Santiago; **Bagé**, Pedro Fernando Teixeira Dorneles; **Caçapava do Sul**, Leugim Corteze Romio no exercício da Direção; **Dom Pedrito**, Nádia Fátima dos Santos Bucco; **Itaqui**, José Carlos Severo Corrêa; **Jaguarão**, Silvana Maria Gritti; **Santana do Livramento**, João Beccon de Almeida Neto no exercício da Direção; **São Borja**, Valmor Rhoden; **São Gabriel**, Luciana Benetti e **Uruguaiana**, Cheila Denise Ottonelli Stopiglia. Os representantes das **Comissões Superiores**: Algacir José Rigon (**CSE**); Leandro Dias Conde (**CSP**) e Marcelo Hahn Durgante (**CSExt**). Os pró-reitores: Bruno Martinato de Barros, pela **PROGRAD**; Aline Vieira de Mello, pela **PROEC**; Ana Paula Manera Ziotti, pela **PROPPI**; Honória Gonçalves Ferreira, **PRODAE**; Eder Pereira da Silva, **PROGEPE**; Paulo Fernando Marques Duarte Filho, **PROPLADI** e Rita de Cássia Angeieski da Silveira, pela **PROCADI**. Os representantes **docentes**: Augusto Gonzaga Oliveira de Freitas, Cássia Regina Nespolo, César Flaubiano da Cruz Cristaldo, Cristiano Galafassi, Cristiano Peres Oliveira, Elton Luís Gasparotto Denardin, Felipe Pivetta Carpes, Fabrício Desconsi Mozzaquatro, Flávio Marcelo Rodrigues Bruno, José Guilherme Franco Gonzaga, Juan Saavedra del Aguila, Mauro Fonseca Rodrigues e Régis Sebben Paranhos. Os representantes **TAEs**: Alexandre dos Santos Villas Bôas, Camila da Costa Lacerda Tolio Richardt, Juliano Pereira Duarte, Luciano Antonelli Becker e Paulo Eduardo Santos Paiva. Os representantes **discentes**: Angelita Sonh Ribeiro Salles, Gianfrancisco Corrêa Nunes e Nathália Pinheiro Martins e o representante da **comunidade externa** Mauro Rodrigues Oviedo.

Justificaram a ausência os conselheiros: Francéli Brizolla, José Waldomiro Jiménez Rojas, Alexandre Vicentine Xavier, Elena Maria Billig Mello, Franck Maciel Peçanha, Fabio Gallas Leivas, Claudete da Silva Lima Martins, Hêlvio Rech, Renata Patrícia Corrêa Coutinho, Udo Eckard Sinks, Ana Eveline Viana Marinho e Domingos de Mello Aymone.

Ausentes sem justificativa os conselheiros convocados: Jeferson Luís Lopes Goularte, Rafael Vitória Schmidt, Francisco Orlando Martins da Silva e Gabriel Augusto Fernandes Barbosa.

Participaram da Reunião a convite do Presidente os servidores TAEs: César Calçada Radkte e Cristiane Azambuja pelo CGD, Diego Veneroso Pereira pela DTIC, Paula Oliveira Pinheiro pela DAIINTER e Vanessa Abreu Dias pelo SisBi.

Pauta:

1. Posse de novos conselheiros:

1.1. Os Diretores Prof.: Gustavo Fuhr Santiago (**Campus Alegrete**); Pedro Fernando Teixeira Dorneles (**Campus Bagé**); Leugim Corteze Romio (**Campus Caçapava do Sul**); Nádia Fátima dos Santos Bucco (**Campus Dom Pedrito**); José Carlos Severo Corrêa (**Campus Itaqui**); Silvana Maria Gritti (**Campus Jaguarão**);

João Becon de Almeida Neto (**Campus Santana do Livramento**); Valmor Rhoden (**Campus São Borja**); Luciana Benetti (**Campus São Gabriel**) e Cheila Denise Ottonelli Stopiglia (**Campus Uruguiana**).

1.2. Os Pró-reitores: Bruno Martinato de Barros (**PROGRAD**); Aline Vieira de Mello (**PROEC**) e Rita de Cássia Angeieski da Silveira (**PROCADI**).

1.3. Comissão Superior de Ensino (CSE): Algacir José Rigon.

1.4. Técnico Administrativo em Educação: Juliano Pereira Duarte.

2. Informações da Reitoria:

2.1. PRODAE: A Pró-reitora Honória Gonçalves Ferreira informou aos participantes as ações realizadas pela Pró-reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil, ressaltando as prioridades do setor: a promoção da igualdade de oportunidades; fortalecer a inclusão e a diversidade e facilitar a permanência dos estudantes. Disse que, para melhorar o atual cenário dos discentes, aconteceram mudanças na estrutura da pró-reitoria e que agora os RUs integram o programa de alimentação subsidiada e têm como objetivo proporcionar à comunidade acadêmica refeições variadas, de qualidade e custo acessível. Explicou que a gestão dos restaurantes passou, desde o início do ano, a ser responsabilidade da PRODAE e que estão buscando alinhar essa política de alimentação subsidiada com os demais setores da Pró-reitoria como forma de proporcionar aos alunos mais presencialidade, mais escutas e uma maior aproximação com os fiscais de contratos. O Presidente agradeceu e parabenizou a toda a equipe da pró-reitoria.

2.2. PROGEPE: O Pró-reitor Eder da Silva deu ciência sobre a Semana de Formação Pedagógica, que acontecerá na semana que antecede o início do período letivo. Aproveitou para agradecer às equipes diretivas pelo apoio recebido e destacou o início do evento marcado para o dia 05 de março pelo canal da PROGEPE no YouTube; que, no dia 06, ocorrerão atividades presenciais nas Unidades, e, no dia 07, acontecerão oficinas virtuais com o apoio da Escola de Formação de Servidores. Finalizou agradecendo a todos os envolvidos.

Inclusões e Exclusões:

3.1. O conselheiro Juan del Aguila solicitou esclarecimentos a respeito da distribuição das 40 vagas docentes e as vagas dos TAEs a fim de terem transparência no processo. Também em relação ao andamento das obras contempladas pelo PAC, pois, teoricamente, só há dois anos para término das mesmas, uma vez que se desconhece o que acontecerá em 2027.

3.2. O conselheiro Paulo Paiva solicitou a exclusão de pauta do assunto pendente da última reunião sobre o plano de trabalho dos TAEs no Sistema GURI. Argumentou que, pela importância do tema, solicitava a exclusão e apresentação em outro momento, mais oportuno.

3.3. O conselheiro Gustavo Fuhr Santiago, Diretor do Campus Alegrete solicitou a exclusão do ponto de pauta **7.6**. Explicou que o Conselho de Campus manifestou interesse em uma análise mais aprofundada referente ao **Processo 23100.000056/2025-06. Origem:** Campus Alegrete. **Objeto:** Proposta do Regimento do Conselho de Campus do Campus Alegrete.

3.4. O conselheiro Cristiano Peres também pediu esclarecimentos sobre o PAC, as obras licitadas e sobre as que tiveram problemas; também sobre as emendas parlamentares.

3.5. O conselheiro Régis Paranhos solicitou informações sobre o reajuste dos servidores.

3.6. A conselheira Silvana Gritti pediu informações sobre o concurso para vagas TAEs.

Antecipando a inclusão solicitada pelo conselheiro Régis, o Presidente explicou que, pela falta de definição da LOA, embora acreditem que será fixada para aprovação no próximo dia 10 de março, estão com limitações orçamentárias, uma vez que o orçamento vem parcelado como no ano passado. Disse que a LOA, além de impactar os reajustes, impacta o gerenciamento dos recursos e que só estão recebendo recursos de custeio para pagar manutenção. Entretanto, que a Reitoria e a PROGEPE estão atentas aos movimentos para que, assim que aprovada, todas as progressões sejam devidamente atualizadas. Também comunicou que serão abordadas, nesta reunião, as inclusões de pauta solicitadas na 120ª Reunião Ordinária e que ficaram pendentes.

Resultado: as inclusões foram aprovadas por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação o conselheiro Algacir Rigon.

Resultado: exclusão aprovada com a abstenção da conselheira Camila. Ausente no momento da votação o conselheiro Algacir, e a conselheira Nádia informou que o conselheiro está tendo problemas de conexão da internet.

4. Gabinete da Reitoria (GR): votação em bloco.

4.1. Processo: 23100.009380/2024-09. **Origem:** Campus Itaqui. **Objeto:** **Aprovar o ato 17/2024, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Edital de processo seletivo específico para o segundo ciclo de formação 2025/1, para egressos de Cursos de Bacharelado e Licenciatura Interdisciplinares.**

4.2. Processo: 23100.010556/2023-86. **Origem:** Gabinete da Reitoria. **Objeto:** Aprovar o ato 18/2024, assinado *ad referendum* do Conselho Universitário: Alteração na estrutura Organizacional da Universidade Federal do Pampa.

Resultado: aprovados os itens **4.1.** e **4.2.** Absteve-se o conselheiro Fabrício Mozzaquatro. Ausente no momento da votação o conselheiro Algacir Rigon.

5. Comissão de Relações Universidade-Sociedade (CR U-S): votação em bloco.

5.1. Processo: 23100.013718/2024-19. **Origem:** AGIPAMPA. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a UNIPAMPA e a Emerge Consultoria e Treinamento LTDA. **Parecer CRU-S:** favorável à aprovação.

5.2. Processo: 23100.021129/2024-12. **Origem:** PROEC/Planetário da UNIPAMPA. **Objeto:** Acordo de Cooperação entre a UNIPAMPA e o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE). **Parecer CR U-S:** favorável à aprovação.

5.3. Processo: 23100.010881/2020-04. **Origem:** NRFA. **Objeto:** Ratificação do relatório de gestão da Fundação Luiz Englert e aprovação da sua avaliação de desempenho. **Parecer CR U-S:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovados por UNANIMIDADE os itens **5.1.** a **5.3.**

6. Comissão Superior de Ensino (CSE):

6.1. Processo: 23100.023234/2024-88. **Origem:** Campus Jaguarão. **Objeto:** Cancelamento da oferta de vagas para ingresso no semestre letivo 2025/1, no Curso de Letras - Português, modalidade EaD institucional. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

Manifestaram-se as conselheiras: Silvana Gritti, que explicou os motivos pelos quais a Direção defende o cancelamento de oferta de vagas para ingresso no 1º semestre de 2025, destacando dificuldades referentes à administração, identificação e pertencimento do curso e cujas deliberações eram tomadas e assumidas

independentemente das outras instâncias internas da Unidade, como o ingresso semestral, que foi decidido no âmbito do curso sem que passasse pelas instâncias do *campus*, acarretando, assim, um aumento de alunos e causando uma sobrecarga nos encargos docentes. Destacou que os alunos são sempre bem-vindos, mas que é preciso haver qualidade e atendimento às demandas legais. A conselheira solicitou apoio aos demais conselheiros, pois vê como necessária a adaptação do PPC em 2025 e a alocação dos docentes, uma vez que agora está claro que o curso é do *campus* e precisam desse tempo para gerenciar com qualidade, por isso a solicitação de não ofertarem vagas para novos ingressantes em 2025.

A conselheira Camila Richardt manifestou-se contrária ao cancelamento da oferta de vagas 2025/1 no Curso de Letras Português na modalidade EaD/Institucional. Mencionou que, como egressa do curso, passou pelo impacto danoso do primeiro episódio de cancelamento de oferta, resultando em um cenário negativo na comunidade acadêmica, sensação de insegurança, de instabilidade que marcou profundamente a todos na época. Também falou que a evasão, tão discutida e combatida na Universidade, é um dos maiores impactos resultantes do cancelamento de oferta de vagas; que a evasão deve ser enfrentada e não fomentada. Ressaltou que o cancelamento desestabiliza e ameaça a continuidade do Curso e, principalmente, enfraquece a imagem da Universidade; que precisam valorizar o Campus Jaguarão e não tomarem decisões que o desqualifiquem, que os problemas internos precisam ser resolvidos dentro da Unidade.

O Presidente fez a leitura da manifestação via chat da conselheira Nathália Martins: "Eu faço pesquisas sobre evasão em cursos EaD e costumo conversar com os estudantes que evadem do Letras EaD por isso. Acho importante pontuar que a evasão em cursos a distância é naturalmente maior do que em cursos presenciais, não só na unipampa, mas em todo o Brasil. Muitos alunos desistem porque o curso não tem auxílios e há poucas bolsas, normalmente. Apesar disso, é um curso com muito engajamento. Todos os representantes discentes das comissões de Jaguarão são alunos do Letras EaD, também temos o Gianfrancisco aqui representando o Campus. É um curso acessível, de qualidade, com professores ótimos. Os alunos se preocupam muito com a não oferta, pois já aconteceu anteriormente. E pra complementar o que a Camila disse, o Campus Jaguarão está com muitas vagas ociosas nos cursos presenciais. Das 1100 vagas autorizadas para eles, só 328 estão ocupadas, segundo os dados abertos do guri. Os alunos EaD estão na matriz orçamentária também. É isso."

A conselheira Silvana disse que falava como gestora do *campus* e do curso, explicou que o curso foi se constituindo arbitrariamente à margem do *campus* e que, como gestora tem preocupação tanto com os alunos, já que não há uma política de acompanhamento que garanta o acompanhamento e a sua permanência, quanto com os servidores que atuam no curso e, principalmente, a desproporção entre o número de ingressantes e o número de formandos, além do grande número de alunos que não conseguiram, até agora, integralizar um único componente curricular. Destacou que a solicitação de não oferta de vagas em 2025/1 é justamente para corrigir problemas organizacionais e estruturais referentes ao curso; sobre a matriz orçamentária, disse que os alunos não estão dentro da matriz do *campus* e que sim esta é uma luta que buscam há tempos também para poderem organizar a estrutura de técnicos e de docentes da Unidade.

O conselheiro Gianfrancisco destacou que a evasão não é motivada pelo ensino no Curso de Letras ser a distância, uma vez que também existe evasão em outros cursos; disse que a proporção entre ingressantes e a de formandos acontece em todos os cursos, no país inteiro; que não é porque o curso é EaD que a evasão é maior. Ressaltou que é importante se debruçarem na causa da evasão. O

conselheiro ainda questionou sobre a responsabilidade referente a não integralização de nenhum componente curricular citado pela conselheira Silvana, se é exclusiva do aluno, exclusiva da coordenação do curso, da Direção do *campus* ou da Universidade como um todo. Disse que, uma vez apontado o problema, é necessário identificar os atores envolvidos na resolução desse problema. Destacou que, nos *e-mails* enviados para os alunos, não identificou nenhuma comunicação à Coordenação do Curso e professores do Curso de Letras EaD e considera que, quando é para se tomar uma decisão que envolva a todos, todos precisam ser ouvidos, a fim de que a decisão seja realmente coletiva. Com relação à presencialidade, lembrou que o curso não é cem por cento EaD, uma vez que os três estágios exigidos são presenciais, além da UNIPAMPA Cidadã e das atividades de extensão. Salientou que, além disso, a UNIPAMPA não faz uso da Lei 9.608/98, que trata do voluntariado, e que, em uma oportunidade futura, solicitará espaço para debaterem esse tema.

Resultado: aprovado o cancelamento da oferta de vagas para ingresso no semestre letivo 2025/1 com 22 votos favoráveis (Pedro, Leugim, Nádia, José Carlos, Silvana, João Becon, Valmor, Cheila, Algacir, Leandro, Bruno Martinato, Aline, Ana Paula, Paulo Fernando, Rita, Augusto, Elton, Fabrício, Felipe, José Guilherme, Juan e Edward. Foram computados 10 votos contrários (Cristiano Galafassi, Régis, Alexandre Villas Bôas, Camila, Juliano, Luciano, Paulo Paiva, Gianfrancisco, Nathália e Mauro Oviedo. Abstiveram-se os conselheiros: Gustavo, Marcelo, Honória, Eder, Cássia, César, Cristiano Peres, Flávio, Mauro Fonseca e Angelita Salles, totalizando 10 abstenções. Ausente no momento da votação a conselheira Luciana Benetti.

6.2. Processo: 23100.023001/2024-85. **Origem:** Mestrado Profissional em Matemática em rede nacional. **Objeto:** Alteração do Regimento do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), Campus Caçapava do Sul. **Parecer CSE:** favorável à aprovação.

O conselheiro Leugim explicou que são duas alterações pontuais, sendo a primeira relacionada à política de cotas que era restrita aos critérios da UNIPAMPA e que, em conversas com a Pró-reitoria, pensaram de uma forma mais ampla em suprimir essa informação, uma vez que a Secretaria Nacional está prevendo que os editais nacionais já venham com as regras de políticas de cotas, o que vai gerar um desconforto quando do edital interno, o que vai possibilitar o uso das políticas internas ou do edital nacional. O outro ponto é referente à titulação do programa a fim de adequar com a Rede.

Resultado: aprovado o item **6.2.** com 03 abstenções: Luciana, Fabrício e Luciano.

7. Comissão de Regimentos e Normas (CRN):

7.1. Processo: 23100.013831/2024-02. **Origem:** Ouvidoria. **Objeto:** Código de Ética da Ouvidoria. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovado com 02 abstenções (Leugim e Cristiano Galafassi). Ausentes no momento da votação os conselheiros: Algacir Rigon e Mauro Oviedo.

7.2. Processo: 23100.002852/2023-11. **Origem:** PROEC. **Objeto:** instituir as Diretrizes para a Política de Extensão da Universidade Federal do Pampa. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovado com a abstenção dos conselheiros Leugim Romio e Camila Richardt.

7.3. Processo: 23100.014036/2024-23. **Origem:** Divisão de Relações Internacionais. **Objeto:** aprovar a nova Política Institucional de Internacionalização

da UNIPAMPA e revogar a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 335, de 28 de abril de 2022. Parecer CRN: favorável à aprovação.

Resultado: aprovado com a abstenção do conselheiro Leugim Romio.

7.4. Processo: 23100.006759/2024-59. **Origem:** PROPLADI. **Objeto:** aprovar a Política de Integridade da UNIPAMPA. **Parecer CRN:** favorável à aprovação. O conselheiro Paulo Fernando Marques Duarte Filho solicitou espaço de fala para o servidor Bruno Donato, um dos responsáveis por esta proposta. O servidor Bruno explicou que esta Política está prevista desde 2023/2024 e que trabalham na elaboração propriamente dita no fim do último ano. Disse que esta matéria traz vários pontos que já estão válidos na Universidade, que sintetiza e organiza assuntos que estão sendo implementados através de portarias, instruções normativas, todos condizentes com esta minuta de resolução, cujo propósito é se ter um instrumento superior às portarias e INs para maior segurança institucional. Destacou que os órgãos de controle sempre questionam, nas avaliações anuais realizadas, se a Universidade apenas tem o plano de integridade ou se como instituição apresentamos outros instrumentos como política. Disse que a proposta vem como uma forma de fortalecimento das nossas normativas internas sobre integridade pública. Ressaltou que a maior novidade em relação aos pontos já institucionalizados é a criação das Comissões Locais de Integridade, a fim de aproximar mais as unidades acadêmicas com o Setor de Integridade e o Comitê de Integridade, para maior integração nos assuntos relacionados à integridade pública.

Na sequência, o conselheiro Fabrício Mozzaquatro agradeceu pela fala do Bruno e disse que, no Campus Uruguiana, estão fazendo um caminho inverso ao sugerido na proposta; ao invés de delegar mais atividades para o *campus* e ter uma comissão local, criarem uma comissão geral que não acarrete tantas tarefas às CLIs, que, na proposta, é quem de fato fará, praticamente, todas as tarefas. Também falou na dificuldade em compor essas comissões e sugeriu um membro por *campus* formando a comissão geral. Ressaltou que, com todas as competências das CLIs, as demandas nos *campi* serão enormes, assoberbando ainda mais os servidores com essa descentralização, considerando todas as tarefas desempenhadas e comissões das quais já participam. Em resposta, o servidor Bruno Donato disse que essa é uma questão importante e que cabe ressaltar que todas as competências da integridade pública na UNIPAMPA estão relacionadas ao Setor de Gestão de Integridade, que é a unidade setorial da Integridade; que já existe um colegiado central, que é o Comitê de Integridade, que reúne, além do pessoal do setor, todas as instâncias da Integridade, como a COPSPAD, Comitê de Ética, Auditoria Interna, Ouvidoria e outras. Disse que perceberam a não participação dos *campi* de maneira satisfatória, e que isso não é crítica, mas uma constatação, fazendo com que busquem essa melhoria de participação das Unidades nas discussões, uma vez que diversas ações têm reflexo direto nos *campi*, deu como exemplo a portaria que será transformada em resolução que trata de nepotismo. Explicou que o caminho que viram que melhor atenderia seria a criação de CLIs, estabelecendo assim, esse canal direto, destacando também a importância dessa aproximação entre as Unidades Acadêmicas e a Reitoria, democratizando ainda mais as discussões. Sobre o relatório trimestral, esclareceu não caber às CLIs, mas ao Setor de Gestão de Integridade e ao Comitê de Integridade. O conselheiro Fabrício disse que todas essas competências precisam estar detalhadas na minuta. O servidor Bruno Donato explicou que não cabe, nesta Resolução, explicar as competências da DTIC, Ouvidoria e dos outros órgãos, por isso só estão especificando as das CLIs.

O Presidente sugeriu colocar em votação e, no caso de não aprovação da proposta, o processo será encaminhado às Unidades Acadêmicas e à Reitoria para um maior debate.

Resultado: O processo foi **rejeitado** com 14 votos: José Carlos, Cheila, Leandro, Augusto, Cássia, Elton, Fabrício, Felipe, Flávio, Mauro Fonseca, Régis, Alexandre Villas Bôas, Mauro Oviedo e Edward. Votos favoráveis foram 06: João Becon, Marcelo, Eder, Paulo Fernando, Cristiano Peres e Juan. Computaram-se 23 abstenções: Gustavo, Pedro, Leugim, Nádia, Silvana, Valmor, Luciana, Algacir, Bruno, Aline, Ana Paula, Honória, Rita, César, Cristiano Galafassi, José Guilherme, Camila, Juliano, Luciano, Paulo Paiva, Angelita, Gianfrancisco e Nathália.

Encaminhamento: o processo deverá ser devolvido à PROPLADI/Comitê de Integridade para encaminhamento aos *campi* e à Reitoria, para ampliação dos debates e colaborações.

7.5. Processo: 23100.002900/2024-44. **Origem:** Comitê de Governança Digital. **Objeto:** aprovar a Política de Impressão da UNIPAMPA. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

O conselheiro Leugim Romio disse ter dúvidas em relação ao parágrafo único do artigo 11 e entende que pode criar barreiras burocráticas caso a Universidade seja contemplada com alguma doação. O Presidente esclareceu que envolve o registro patrimonial, para dar segurança à nossa rede, e a compatibilidade do *software*, além de ser uma exigência legal. A servidora Cristiane Azambuja explicou que o parágrafo somente adiciona, nessa política, um item que a legislação nos coloca; que, como instituição pública, devemos contratar um serviço de impressão e não adquirir os equipamentos. Em relação a projetos, disse que há exceções, como impressoras 3D, mas não impressoras comuns. Entretanto, que projetos muito específicos podem ser consultados. O conselheiro agradeceu pelos esclarecimentos.

Resultado: O processo foi aprovado com a abstenção do conselheiro Fabrício Mozzaquatro.

7.6. excluído da pauta.

7.7. Processo: 23100.022937/2023-16. **Origem:** Divisão de Pós-graduação. **Objeto:** aprovar as Normas para a Pós-graduação *lato-sensu* na Modalidade de Programas de Residência Médica ofertados pela UNIPAMPA. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovado por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação o conselheiro Gianfrancisco.

7.8. Processo: 23100.007642/2024-92. **Origem:** Divisão de Acompanhamento Acadêmico do discente de Graduação (DADG). **Objeto:** alterar a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação presenciais ou à distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a UNIPAMPA. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

Resultado: aprovado por UNANIMIDADE. Ausente no momento da votação o conselheiro Gianfrancisco.

7.9. Processo: 23100.013423/2024-42. **Origem:** Comitê de Governança Digital. **Objeto:** alterar a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 283, de 28 de outubro de 2020, Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito da UNIPAMPA. **Parecer CRN:** favorável à aprovação.

O conselheiro Régis Paranhos disse que não se inteirou totalmente da proposta e solicitou informações sobre IA. O Presidente explicou que foi montado um GT para tratar o assunto. A servidora Cristiane Azambuja explicou que não faz parte do CGD neste momento.

Resultado: aprovado com 03 abstenções: Camila, Luciano e Nathália. Ausentes no momento da votação os conselheiros: José Carlos, Cristiano Galafassi, Alexandre Villas Boas e Gianfrancisco.

8. Informes dos Conselheiros:

8.1. O conselheiro Paulo Eduardo Santos Paiva comentou sobre o plano de trabalho dos TAEs no Sistema GURI até o dia 24 de fevereiro, que constitui a base de atividades dos servidores e serve de parâmetro para acompanhamento da chefia ao longo do ano, sendo o instrumento referencial para a avaliação de desempenho para progressão na carreira. Destacou que, para os servidores que possuem planos de trabalho registrados nos anos anteriores, há a opção CLONAR PLANO. Através dessa opção, após a clonagem do Plano 2024, o servidor apenas faz a edição do mesmo para o ano de 2025, salva e submete para a chefia; que é importante verificar se está correta a chefia imediata para a qual será submetido o plano de trabalho. No caso de estar incorreto no sistema, explicou que é preciso entrar em contato com a Divisão de Acompanhamento Funcional, Avaliação e Afastamento (DAFA). Nos casos em que houve alteração de chefia ou troca de setor no decorrer do ano, o servidor deve revisar o plano junto à atual chefia, para que esta verifique a necessidade de alteração e, nesse caso, os servidores devem entrar em contato com a DAFA para serem auxiliados no processo. Ressaltou que os servidores em licença saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença gestante, licença capacitação ou em férias, a recomendação é que realizem no retorno de suas atividades, devendo entrar em contato com a DAFA para receber orientações. Explicou que os servidores afastados integralmente, cedidos ou em exercício provisório em outras instituições, o processo é realizado de forma diferenciada. Esses devem contatar a DAFA para receber mais informações. Finalizou dizendo que dúvidas sobre a proposição do plano de trabalho deverão ser encaminhadas para o e-mail: dafa.progepe@unipampa.edu.br.

8.2. A conselheira Cheila Stopiglia informou que os três programas de residência médica aprovados no último CONSUNI também foram aprovados pela Comissão que organiza dentro do MEC e que, a partir disso, já tiveram sinalização das bolsas e a contrapartida dos municípios para bolsas complementares. Assim, precisarão agilizar para que os residentes possam ingressar ainda em março e que estão na expectativa de, até o fim do mês, já terem os residentes. Destacou que a UNIPAMPA agora tem os três programas de residência médica: Medicina de Família e Comunidade em Uruguaiana, Cirurgia Geral também em Uruguaiana e Clínica Médica em São Borja., além das residências multiprofissionais. A conselheira destacou a grande parceria com o Hospital Ivan Goulart, que atua como um importante aliado da UNIPAMPA no setor da Saúde.

Às 12 horas, a reunião foi suspensa para o almoço e reiniciada às 13 horas e 35 minutos.

Justificaram a ausência no turno da tarde os conselheiros Valmor Rhoden e Angelita Sohn Ribeiro Salles.

O Presidente informou que, se o professor Tiago Sampaio vier participar da reunião pela Direção do Campus São Borja, terá que interromper a sessão para empossá-lo como conselheiro e, também lembrou, que o próximo ponto de pauta seriam as inclusões solicitadas na 120ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de dezembro de 2024, que ficaram pendentes.

9. Assuntos Gerais:

9.1. O conselheiro Juan del Aguila havia pedido fala para dar informações sobre os vinhedos experimentais; solicitou explicações sobre os 12 editais cancelados e também pediu informações sobre vagas docentes e TAEs. O conselheiro disse estar

preocupado com a deriva do herbicida hormonal 2 4 d, muito utilizado nas lavouras de soja e que já há alguns anos, pelo mau uso, gera prejuízos incalculáveis que não são só econômicos; que possuem laudos de intoxicação do vinhedo desde 2018 por esse produto que já causou, inclusive, a morte de plantas. Disse que esse prejuízo atinge todas as vinícolas da região da campanha e que, por isso, espera um posicionamento mais atuante da Gestão na resolução do problema. Comentou que um colega está preparando um laudo de deriva em campo nativo, sem falar nos problemas de saúde e que a Universidade está instalada para desenvolver um crescimento sustentável nas regiões onde está instalada. Destacou que como agrônomo que é, não é contrário às lavouras de soja, mas ao mau uso do herbicida. O Presidente esclareceu que esse herbicida é legalizado, previsto na cultura da soja, porém a forma usada para aplicação tem ocasionado essa deriva, que é o contato em áreas adjacentes e que impacta outras culturas e campos nativos; que já existe um processo no Ministério Público que foi impetrado pelos viticultores do Estado, no qual a UNIPAMPA também participa em razão da Fazenda Escola; que, na última reunião com a AGU, o Procurador ficou incumbido de ver como anda a tramitação desse processo. Na sequência, o pró-reitor Paulo Fernando disse que conheceu a área de abrangência da Estância do Pampa e que a PROPLADI está realizando estudos a fim de poder atender bem e melhor a todas as necessidades do local, de modo que docentes e alunos possam desenvolver suas atividades de ensino, pesquisa e extensão adequadamente e com qualidade. O conselheiro Juan solicitou que sejam tomados cuidados de prevenção para que ninguém mais corra o risco de ser picado por uma cobra, como ocorreu com um docente recentemente. O Presidente lembrou que, na região, as cobras cruzeiras e corais são as mais peçonhentas e que se reproduzem no verão, por isso aconselhava o uso de EPIs sempre.

Sobre o assunto de cancelamento dos editais, o conselheiro Juan questionou as ações realizadas pela Gestão para minimizar os efeitos negativos resultantes e o que está sendo feito para que esse erro não se repita. O Presidente explicou que, dos 13 editais, um foi concretizado, que é a quadra de basquete do Campus Caçapava; que, dos doze editais que tiveram problemas, oito eram estruturas já previstas com recursos institucionais e quatro eram obras novas de emendas, cujos recursos foram remanejados para que não tivessem que ser devolvidos; que ambas as deputadas foram notificadas e concordaram com o remanejamento, desde que a UNIPAMPA garantisse que as obras seriam executadas com recursos próprios em 2025. Destacou que havia previsão de investimentos em equipamentos de tecnologia da informação para este ano, uma vez que o nosso parque de equipamentos de TI está bastante defasado. Disse que o dinheiro das emendas foi utilizado para antecipar a compra desses equipamentos e então, agora, os recursos liberados serão alocados nas obras. Ressaltou que o impacto foi o atraso no tempo de execução das obras e que os demais processos estavam previstos com recursos institucionais e que foram utilizados de forma remanejada para pagamento de contratos e outras ações que fazem parte do dia a dia da Instituição e agora, com uma nova reorganização, deverão ser executadas; disse que a consecução desses doze editais é uma condição *sine qua non* para 2025. O Presidente destacou que foram alertados no início de outubro e, em reunião com as chefias das equipes para a busca de uma solução que não aconteceu, resultando no cancelamento por orientação do Procurador, como forma de evitar um possível passivo nas contas da Universidade. O pró-reitor Paulo Fernando se disse frustrado, mas que reconhecia o erro; que foi o ano que mais se teve projetos de obras, inclusive com contratos já assinados e que tiveram que ser rescindidos a fim de a Instituição não ter mais prejuízos. O Pró-reitor reassumiu a responsabilidade de cumprir os compromissos; que os editais estão passando por correções e os orçamentos, que têm prazo de 6 meses, estão sendo atualizados e, que tão logo a LOA 2025 seja aprovada, todas

as obras serão colocadas em licitação. Sobre o montante questionado pelo *chat* da reunião, o Presidente explicou que o valor gira em torno de dois milhões e quatrocentos mil reais, devendo ser reajustado; um milhão e duzentos mil reais que seriam destinados aos equipamentos de TI e o restante do recurso há uma previsão de descentralização de crédito da Secretaria Executiva do MEC no valor de oitocentos e oitenta mil reais e ainda necessitarão buscar algo em torno de quatrocentos mil reais, cabendo a Gestão realizar esse remanejamento interno a fim de cumprir com as obras. O conselheiro Juan agradeceu e falou da importância de a comunidade também ter conhecimento. Sobre as obras do PAC, o conselheiro disse estar preocupado, haja vista que o orçamento precisa ser executado nos anos 2025 e 2026 porque não se sabe o que acontecerá em 2026 e questionou como a Gestão está se organizando para que, efetivamente, essas oito obras sejam realizadas. O Presidente esclareceu que houve o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, porém sem sinalização dos créditos. Disse ter observado que algumas instituições já fizeram o processo de licitação apenas como ofício do PAC, sem o crédito e que, por isso, solicitou ao Pró-reitor Adjunto de Infraestrutura, Fabiano Zanini Sobrosa, que confirmasse junto ao MEC sobre essa possibilidade, pois, do ponto de vista conservador e tradicional de uma contratação, só se pode licitar depois de se ter o orçamento, caso contrário estariam criando uma dívida institucional sem a garantia do recurso, o que gera insegurança. Também destacou que já estão com três processos em preparação, somente aguardando a chegada do recurso para poderem contratar. Disse que, no caso da Enologia, que é a obra mais cara e maior, há a necessidade de finalização do projeto, mas que será possível com a ajuda da equipe de engenheiros e de quem tem o *know-how*. O pró-reitor da PROPLADI explicou que o orçamento PAC será disponibilizado por meio de TEDs e que temos: uma obra em Livramento em processo de atualização orçamentária e aguardando liberação de dotação do MEC; temos a obra do RU de Alegrete, cuja análise foi finalizada ontem e somente aguarda liberação do Ministério para licitação; a obra de Uruguaiana está em análise do TED pelo MEC com previsão de finalização dessa análise para a próxima semana; que as outras cinco (RU de Caçapava, Enologia, Acadêmico 3 de Itaqui, prédio 700 e reforma da biblioteca de Livramento) estão com grupos de trabalhos para elaboração dos ETPs, cada um com suas complexidades e, como dito pelo conselheiro Juan, não se sabe o que acontecerá futuramente, por isso a importância de se trabalhar e conseguir o melhor resultado. O pró-reitor destacou que, em relação a Bagé, o trabalho foi iniciado mais ao fim do ano, uma vez que a equipe gestora estava sendo trocada na sua totalidade, estão em conversação com a gestão para formar o GT a fim de trabalharem nos ETPs destinados a Bagé e reafirmou a preocupação da Gestão Superior no sentido de que todas as licitações ocorram. Ressaltou que talvez a maior e mais complexa obra seja a da Enologia, mas que é preciso serem bastante realistas com as equipes em razão do orçamento, a fim de terem clareza no que é necessário para atender o ensino, a pesquisa e a extensão e, por isso, a importância da integração e parceria entre a equipe técnica de engenheiros e arquitetos e os demandantes das obras, com o intuito de estabelecerem um termo de referência real com o orçamento disponível.

Pelo *chat*, o conselheiro Alexandre Villas Bôas questionou sobre o CIP, ao que o Presidente lembrou que é uma obra que está passando por dois processos judiciais, um com a empresa que fez o projeto e outro com a empresa que parcialmente executou a obra, e, por esse motivo, ficou de fora do PAC. Um dos processos foi a UNIPAMPA que gerou, e, no outro, a Universidade é ré. Explicou que foi aberta uma mesa de negociação com ambas as empresas com o objetivo de resolver a questão do Centro de Interpretação do Pampa (CIP) com essas duas empresas. Destacou que o maior problema é o valor inicial que se pensava em seis milhões de reais e hoje ultrapassa os vinte milhões e que necessitaria de um aporte externo, porque a

Universidade não daria mais conta dessa obra; que já tentaram o IPHAN como órgão interlocutor, que respondeu que há pouco recurso para tal e que os escassos recursos que possuem seriam destinados aos prédios históricos da capital em razão das enchentes e, por essa razão, não há uma resposta a curto prazo sobre o término do CIP.

9.2. Na sequência, o conselheiro Régis Paranhos disse que, de alguns anos para cá, houve um enorme aumento das emendas parlamentares e uma diminuição considerável dos recursos do MEC e que geram um desbalanceamento quando chegam na Universidade, uma vez que os *campi*, que, por suas capacidades, conseguem mais emendas e, por decisão do próprio parlamentar, conseguem executar mais obras. Por isso, gostaria de ver uma posição institucional de como ficará esse remanejo de recursos dentro da Universidade. Em resposta, o Presidente disse que é preciso fazer uma análise política, já que o Congresso atua quase como o Executivo, já que destina um quarto do orçamento, ou seja, está executando tanto como o Poder Executivo e que isso não é bom porque é um processo político confirmado em conversas com os parlamentares em Brasília, e não se vê um movimento de massa para provocar essa mudança. Ressaltou que discutir o uso de uma emenda é uma possibilidade, mas que precisa de uma discussão mais abrangente, até porque não se sabe como ficarão as emendas no cenário nacional em virtude das contendas com o STF e as emendas destinadas às universidades. Disse que é uma discussão necessária e que a maturidade institucional passa por isso, porém que precisam ver se haverá o mesmo engajamento na busca desses recursos, que será um risco a correrem e do interesse do parlamentar em querer apostar em algo de relevância para a instituição, mas que, apesar da complexidade, é preciso sim refletirem sobre esse tema.

O conselheiro Juan del Aguila disse que traz esses pontos de pauta justamente com o intuito de gerar reflexões e propiciar a divulgação com toda a comunidade e, para finalizar, solicitou saber sobre distribuição de vagas de novos servidores docentes e técnicos, basicamente quais critérios foram utilizados para alocação, já que essas destinações podem interferir no resultado da próxima eleição para reitor da Universidade. O Presidente esclareceu que é uma vantagem ter passado pela coordenação acadêmica e que a UNIPAMPA recebe vagas a partir da política do Ministério da Educação, com base nos cursos de graduação e que a RAP do MEC, salvo engano, é 18/1; entretanto, que a UNIPAMPA, em uma reunião deste Conselho anos atrás, acordou como seria a RAP da Universidade, que seria 18/1 para os cursos de licenciatura, 15/1 para bacharelados, 10/1 cursos da saúde e 6/1 o Curso de Medicina. Lembrou que, nessa mesma reunião, acordaram que a política de pós-graduação é fundamental para a Instituição, pois nos torna grandes. Desta forma, foi acordado que, quando surgisse um curso de mestrado, o *campus* teria uma vaga extra para aquele programa de pós-graduação, e, no caso de ter um doutorado, seriam mais duas vagas, ou seja, três vagas; que não existe outra regra a não ser essa ata do CONSUNI e, no momento de recebimento dessas vagas em outubro de 2023, foi feito um ofício de encaminhamento com sugestão de divisão que acabou por não ser considerado, de modo a rasgarem a decisão do Conselho Universitário, quando foi montado um comitê para analisar a RAP da Universidade, a real e a ideal. Explicou que a RAP ideal é pensando que todos os cursos estejam completos, enquanto a RAP real é o que realmente se tem em virtude das vagas ociosas e evasão, que é uma média sempre anual atualizada e que se chegou a uma ponderação, a distribuição foi uma reunião presencial no Campus Livramento no início de julho com todas as equipes diretivas e pró-reitores, depois de quase três meses de análises, conseguiram distribuir as quarenta vagas (sem códigos), para todas as unidades, sendo que foi dada autonomia aos conselhos de *campus* a destinação dessas vagas. Ressaltou que as vagas chegaram carimbadas para o

Curso de Medicina, ou seja, iriam todas para Uruguaiana. Disse que o curso foi implementado em 2016, teve um grande déficit de vagas e, sempre que se recebiam novas vagas, eram colocadas na Medicina, porque era o que mais tinha defasagem, porém que, quando chegaram essas quarenta vagas, o débito com o curso eram somente seis vagas, que já foram pagas nessa distribuição. Salientou que, assim como foi provocado pelo conselheiro Régis, talvez seja o momento de instituírem uma resolução e não ficarem atrelados a uma decisão em ata.

Na sequência, o Pró-reitor da PROGEPE esclareceu sobre o número de vagas destinadas a cada Unidade: Alegrete recebeu quatro vagas; Bagé, cinco vagas; Caçapava do Sul, uma vaga, Dom Pedrito, uma; Itaqui, duas vagas; Jaguarão, três vagas; Livramento, duas; São Borja seis, sendo quatro carimbadas para o Curso de Direito; São Gabriel recebeu duas vagas e Uruguaiana recebeu quatorze vagas e, destas, seis carimbadas para Medicina. Disse que, após a distribuição, o MEC encaminhou os códigos de vagas e que muitos dos *campi* já estão concursando para o preenchimento. Em relação às trinta e três vagas para TAEs, explicou que também foram distribuídas de acordo com a necessidade de cada Unidade; que, logo após essa distribuição, foram encaminhados ao MEC os cargos necessários para cada *campus*, entretanto o Ministério disponibilizou somente onze e responderam que dezesseis vagas não estão à disposição no quadro de vagas. O pró-reitor ainda explicou que, com a alteração da carreira, o quadro de servidores TAEs serão parecidos com o dos docentes, que é "professor do magistério superior", cargo amplo, e quem vai decidir onde será usado o cargo é a instituição e o cargo de técnico será da mesma forma, a instituição decidirá que vai usar para assistente em administração ou outros códigos; que estão aguardando a aprovação da MP transformar-se em lei, a fim de que o MEC disponibilize os cargos para distribuição às universidades. A conselheira Cheila Stopiglia ressaltou que tanto as vagas docentes como de TAEs vieram carimbadas para o Curso de Medicina porque fazem parte de um programa de expansão das escolas médicas que o governo federal está trabalhando e que a UNIPAMPA é cobrada como universidade e Curso de Medicina por essa expansão; que todo ano recebem ofício do Ministério cobrando a expansão do número de ingressos no curso e a resposta é sempre a mesma: que não é possível, uma vez que não há os servidores pactuados quando da implantação do curso e tampouco um hospital para colocar todos os alunos em campo de prática e, por isso, o Ministério carimbou essas vagas com o compromisso de expansão no futuro. Destacou o compromisso da Instituição, que entendeu poder distribuir as vagas para os outros cursos, uma vez que, nas tratativas para a criação do Hospital Universitário do Pampa, uma das condições na reunião com o Ministro da Educação e depois com o Presidente da EBSEH, que o Hospital será cem por cento SUS, atenderá média e alta complexidade, quando estiver pronto, será ampliado o ingresso no Curso de Medicina, proporcionando a expansão desejada para cem novas vagas/ano e que, quando tiverem isso, precisarão dessas vagas. Disse que é importante os conselheiros terem ciência disso e que isso conste nos registros, assim como há a ata que estabelece a RAP, já que, no futuro, precisarão se posicionar e organizar para atender a ampliação do Curso de Medicina, uma vez que as vagas recebidas foram remanejadas para outras áreas da Universidade. O conselheiro Juan perguntou quantos professores há no Curso de Medicina e quantos ainda faltam. Enquanto a conselheira Cheila se organiza para responder, o Presidente disse que o programado com o Ministério é um total de sessenta, mas que muitos concursos não foram realizados pela falta de orçamento. O conselheiro Juan esclareceu que deseja saber quantos o curso já possuiu e quantos mais ainda serão necessários. A conselheira Cheila explicou que foram pactuados sessenta docentes e trinta técnicos para esse ingresso de sessenta alunos/ano, porém que hoje não consegue responder quantos técnicos há depois desse remanejamento, mas poderá trazer a informação em outro momento.

Em relação aos docentes, disse que tinham cinquenta e quatro vagas para o curso e mais essas seis vagas que foram destinadas agora, ainda sem orçamento para efetivação de concurso. Ressaltou que existe uma rotatividade de professores médicos, uma vez que a carreira de docente não é tão interessante em relação ao restante das atribuições fora da Universidade, ocasionando vagas não preenchidas, especialidades não atendidas. Disse que, nesse cenário de 360 alunos em seis anos, o pactuado foi de sessenta vagas docentes que fecham com essas seis vagas, não a de técnicos, porém que, quando o Hospital estiver em funcionamento, precisarão dessas vagas para fechar em cem.

O conselheiro Juan disse que não fazia ideia e que corresponde a mais ou menos quatro vezes o curso onde atua; que é uma escala e magnitude tão grande que é impossível comparar nem fazer planejamento junto a eles. Ressaltou que, como estão em um ambiente de transparência, eles serão sempre decisivos na eleição de uma gestão, que *campi* grandes com cursos fortes são mais fortalecidos que os outros que não são tão fortes; que daqui a alguns anos, que ele espera que não aconteça, dos dez *campi* ficarão apenas cinco, os outros serão extintos. Esclareceu que esta visão é porque, desde a sua chegada em 2010 como docente, e agora também como discente em Santana do Livramento, o crescimento das Unidades é totalmente desigual, que pode estar equivocado, mas não enxerga uma política de universidade e questionou se este não seria o momento de fortalecer as Unidades menores e cursos que ainda não possuem pós-graduação. Finalizou dizendo que espera estar errado, mas que é necessário pensar mais como universidade e não apenas como um *campus*.

O Presidente disse que não se referiu a *campus* mas à Universidade, que a pós-graduação será fortalecida em todas as Unidades, inclusive que estão preparando um edital para professores visitantes para contemplar os *campi* que ainda não possuem programas de pós-graduação.

A conselheira Cheila disse que muitas pessoas não possuem a clareza de que a RAP para os cursos de Medicina é de 6/1, ou seja, seis alunos para um professor, porque os alunos praticam atendimento e, nos dois últimos anos, acontece o chamado de internato, quando estão dentro dos hospitais, das estratégias de saúde da família, atendendo aos pacientes, e, para que isso ocorra a contento, é necessário que o grupo seja reduzido, a fim de terem acompanhamento, por isso o número de professores precisa ser suficiente para fazer o acompanhamento; que tanto os alunos da Medicina, da Enfermagem e da Fisioterapia realizam atendimento direto aos pacientes e o acompanhamento é fundamental e é essa demanda que diferencia dos outros cursos da Universidade. Ressaltou que o importante é pensar no crescimento da Instituição e não no benefício de votos para eleição de uma gestão e que, por sermos uma *multicampia*, precisamos pensar em como ajudar no desenvolvimento regional e, talvez por isso, os trinta mil atendimentos mensais realizados na área da saúde em Uruguaiana não fiquem tão visíveis como deveriam; que é preciso pensar coletivamente porque, apesar da *multicampia*, somos uma única Universidade.

O Presidente agradeceu e reforçou que as contribuições anteriores dos conselheiros Régis Paranhos e Cristiano Peres são pontos que precisam amadurecer com o intuito de equalizar o crescimento das dez Unidades; uma política de recebimento e aplicação das emendas institucionais e uma nova política da RAP.

9.4. Sobre a uniformidade dos Editais da UNIPAMPA, o conselheiro José Carlos Corrêa lembrou que a solicitação está vinculada à discussão que ocorreu neste Conselho sobre as vagas para o segundo ciclo, quando foi observada uma dissonância entre alguns editais e as normativas institucionais. Destacou a

necessidade de, em algum momento, atentarem a isso como forma de evitar o esforço de debaterem questões que não deveriam ser debatidas, já que a resolução é maior que o edital, é ela que determina o que tem que ser escrito, evitando assim, que os editais cheguem ao CONSUNI com distorções e vulnerando uma resolução superior. O Presidente salientou que a fala é pertinente e que estão atentos às revisões das normativas, embora haja peculiaridades, especificidades e ações que exigirão editais diferentes, mas que sim, é preciso uma adequação das normativas.

9.5. Este ponto de pauta partiu do conselheiro Régis Paranhos, que se diz muito preocupado e que a sua fala é baseada nas suas vivências como docente e conselheiro. Disse que a baixa participação da comunidade acadêmica na ocupação de cargos e comissões dentro dos cursos do Campus onde atua apresenta um quadro praticamente em branco, onde faltam docentes, técnicos e discentes. O conselheiro salientou que isso vem de muito tempo e considera muito grave, pois demonstra que as pessoas estão mais preocupadas com suas individualidades, que isso é um problema que atinge, principalmente a "geração Z". Destacou que lê e estuda muito o assunto e disponibilizou no *chat* um artigo publicado na mídia; disse que se quando se verifica que os cargos criados na estrutura da Universidade quando da sua concepção estão deficientes, quanto mais quando é preciso formar GTs e comissões locais; chama isso de desmotivação da sociedade, de apagão de discentes, técnicos e docentes. Questionou o que pode ser feito para voltar ao dito normal e se alguém tem sugestões, pois considera a situação triste e preocupante, dando ênfase que esta pauta deve ser permanente no Conselho, pois, sem alunos, não há universidade. O Presidente agradeceu e ressaltou a importância do tema, que também se observa no meio privado, encontrar e manter um profissional.

9.6. O conselheiro José Guilherme Gonzaga disse estar refletindo sobre todos os assuntos tratados na Reunião e que falam sobre a Instituição de um ponto de vista mais amplo, mas que queria tratar do comentário do conselheiro Régis Paranhos a respeito de democracia interna, pois, da mesma forma que as universidades de *multicampia* enfrentam esse problema, as universidades de departamentos também sofrem com a mesma questão, onde departamentos maiores acabam definindo. Disse que, em outro momento, quer trazer o assunto à pauta de uma forma mais elaborada, pois o que é preciso repensar é o tipo de democracia que se deseja, o modelo de participação, o envolvimento nas decisões; que, se estabelecerem a participação na forma de congressos, onde será definido um plano de gestão, os princípios para a gestão que está sendo eleita, são pontos definidos coletivamente, como já acontece em algumas instituições; disse haver diversas experiências positivas que podem ser adequadas para a nossa Instituição. O conselheiro também questionou se o papel da Universidade ainda é o mesmo que se propôs a fazer ou se está exigindo novos compromissos. Destacou a necessidade de se pensar uma universidade para muito além do grupo para o qual ela foi pensada inicialmente; que são várias as questões a serem pensadas e elogiou o fato de essas pautas chegarem ao Conselho, para que não fiquem somente referendando normativas, que também são importantes, mas para que se pense na Universidade como um conjunto de questões. Finalizando, o conselheiro disse que, no Uruguai, instituições ofertam indiretamente cursos que não existem nas cidades onde ocorre essa oferta, mas alguns componentes básicos acontecem nessas cidades e a terminalidade do curso ocorre em outra cidade. Salientou que seria uma forma de aumentar a nossa demanda, de não pensar um *campus* isoladamente, mas dentro da Instituição; que aumentaria o número de estudantes, otimizaria a nossa estrutura.

O Presidente agradeceu as colocações e disse que cada vez mais se percebe um amadurecimento institucional.

Complementando os comentários sobre o novo normal, fora aspectos culturais que vão mudando o perfil do nosso discente, o conselheiro Gustavo Fuhr trouxe reflexos

da pós-pandemia, como questões relativas ao aumento do percentual de alunos que necessitam trabalhar, aumentando a procura de vagas dos cursos noturnos e que a maioria dos nossos cursos foram montados para oferta em período integral e que é difícil as pessoas entenderem que, algumas vezes, é preciso fazer migrações, a fim de atenderem esse casos. Salientou que, se não podem atender a todos com a assistência estudantil, será preciso repensarem PPCs e, principalmente, hábitos e ofertas; problemas que não são tão simples de serem solucionados e que nos foram apresentados pela pandemia.

9.7. Como último ponto a ser tratado, a conselheira Silvana Gritti trouxe sua preocupação em relação aos concursos docentes e disse que é importante que se tenha uma previsão para que os mesmos aconteçam; questionou se o fato de ainda não terem sido realizados é devido à não liberação do orçamento até o momento. Em resposta, o conselheiro Eder Silva explicou que não houve melhora na situação orçamentária da Universidade e que o que havia, no fim da gestão anterior, era uma proposição de recurso que não se efetivou. Disse que, além da falta de aprovação da LOA, ainda existe todo um fluxo de contratação da empresa que foi alterado pela legislação pertinente, mas ressaltou que a equipe responsável está empenhada em regularizar toda a documentação necessária para que se possa fazer o convite de contratação das empresas e que há a estimativa de que, ainda no primeiro semestre, o edital seja publicado e, efetivamente, de completarem as vagas ociosas de técnicos. Salientou que a equipe também trabalha para o preenchimento das vagas docentes, que é uma grande demanda dos *campi*.

A conselheira agradeceu e disse que é importante ter essa previsão para levar aos servidores do *campus*.

Nada mais havendo a tratar, às 15 horas e 20 minutos, foi encerrada a Reunião e redigida a presente Ata, assinada pelo Presidente, Professor Edward Frederico Castro Pessano, e por mim, Sara Mascarenhas Tarasuk, Secretária Executiva, Assessora Especial do CONSUNI. Esta Ata foi redigida de acordo com a Resolução nº 308/2021 - Regimento do CONSUNI.

Esta Reunião está gravada e disponível para consulta em: [121ª Reunião Ordinária do CONSUNI - Manhã](#) e [121ª Reunião Ordinária do CONSUNI - Tarde](#).

Edward Frederico Castro Pessano,
Presidente.

Sara Mascarenhas Tarasuk,
Secretária Executiva,
Assessora Especial do CONSUNI.